

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	10
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	11
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	12
10.5 - Políticas contábeis críticas	17
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	18
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	19
10.8 - Plano de Negócios	20
10.9 - Outros fatores com influência relevante	21

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A EMAE atua no mercado brasileiro, na atividade de geração do setor de energia elétrica, portanto está sujeita aos efeitos da política econômica e monetária do Governo, que no passado recente adotou mudanças drásticas e repentinas em suas políticas para controlar a inflação, realizadas por meio de alterações nas taxas de juros, no controle de câmbio, de tarifas, do consumo de eletricidade e de alteração na política fiscal e tributária, dentre outras.

A Empresa não tem como prever quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro para manter o crescimento e a estabilidade econômica do país, assim está sujeita a fatores de riscos de mercado que podem adversamente afetar o resultado de suas operações, a situação financeira e suas perspectivas, tais como:

Risco cambial

Baixo impacto devido a EMAE não possuir passivos ou ativos em moeda estrangeira. As oscilações cambiais do Real em relação a moedas estrangeiras, como a valorização da moeda brasileira derivada da crise financeira internacional e da volatilidade da economia global, poderão criar pressões inflacionárias e afetar negativamente as operações da Empresa.

Riscos decorrentes de aumentos nas taxas de juros

A EMAE pode ser impactada com aumento de suas despesas financeiras por flutuações nas taxas de juros e inflação relativas a empréstimos e financiamentos. Em 31 de dezembro de 2012, no aspecto endividamento financeiro da Empresa, o saldo de R\$ 29.893 mil (nota explicativa nº 21) está indexado à variação da CDI e o valor de R\$ 111.097 mil (nota explicativa nº 22) à variação do IGP - DI ou Taxa Referencial – TR.

Riscos de mudanças na economia global e nos mercados emergentes

A obtenção, pela EMAE, de recursos junto a instituições financeiras ou por meio de emissão de títulos e valores mobiliários poderá ser influenciada, em vários graus, pela economia global e condições do mercado, especialmente pelos países da América Latina e outros mercados emergentes, bem como pelas reações dos investidores com relação à percepção de incertezas às mudanças nas condições econômicas globais.

Eventuais dificuldades da EMAE na obtenção de recursos poderão postergar a realização de novos empreendimentos voltados à ampliação da capacidade de produção ou mesmo representar um aumento nos custos de captação, com efeito adverso nos resultados financeiros e operacionais da Empresa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A EMAE não possui política de gerenciamento de riscos de mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Não houve alteração significativa nos principais riscos de mercado a que a EMAE está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A EMAE celebrou com a União, em 04 de dezembro de 2012, o segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004-ANEEL, nos termos da Medida Provisória nº 579 e do Decreto nº 7.805, prorrogando, até 30 de novembro de 2042, as concessões das usinas hidrelétricas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes e alocando toda a garantia física e potência dessas usinas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica conectadas ao sistema interligado nacional (Sistema de Cotas), que serão remuneradas por receita decorrentes de aplicação de tarifas calculada pela ANEEL.

Vale ressaltar que, com as novas condições contratuais, as usinas da EMAE deixam de arcar com os riscos hidrológicos e resultados financeiros do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, os quais passam a ser assumidos pelas Distribuidoras, eliminando, assim, impactos negativos nos resultados empresariais. No modelo anterior, as usinas hidrelétricas do sistema eram afetadas pelo aumento de custo em períodos de baixa produção hidrelétrica ocasionada por estiagem prolongada, em virtude da necessária geração térmica para atender a demanda contratada o que acarreta na elevação de preços no mercado livre, como a que vivenciamos atualmente desde outubro de 2012.

Destaca-se também o aumento de disponibilidade de caixa ocorrido em janeiro de 2013, em consequência da Portaria Interministerial MME/MF nº 602, de 29 de novembro de 2012, que definiu a indenização no valor de R\$ 36,4 milhões, referente a investimentos de bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados da Usina de Porto Góes, calculado com base no Valor Novo de Reposição - VNR. Os ativos imobilizados referentes a investimentos subsequentes à entrada em operação das usinas Henry Borden e Rasgão serão submetidos à avaliação da ANEEL com vista a serem reconhecidos nos processos de revisão tarifária.

O contrato de concessão renovado estabelece receita anual suficiente para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das usinas da Companhia, em função dos esforços contínuos efetuados para redução de custos. Os investimentos necessários a serem realizados para ampliação ou melhoria das instalações, para garantir a qualidade e atualidade requerida na produção de energia elétrica, serão considerados nos processos tarifários.

Além da geração de energia nas usinas das quais detêm a concessão, a EMAE presta serviços de operação e manutenção a terceiros, como para a Baixada Santista Energia e para a Prefeitura Municipal de São Paulo, apresentando, conforme indicadores constantes da tabela a seguir, condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver suas atividades, bem como cumprir seus compromissos de curto, médio e longo prazo.

Indicadores	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Liquidez corrente - LC	2,86	1,21	1,24
Liquidez Geral - LG	1,66	1,72	1,78
Endividamento - Endiv.	0,39	0,32	0,28
Particip. Capitais Terceiros - PCT	0,65	0,47	0,39
Imobiliz. Patrim. Líquido - IPL	0,57	0,66	0,69
LC = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante)			
LG = (Ativo Circulante + RLP) / (Exigível Total)			
Endiv. = (Exigível Total) / (Ativo Total)			
PCT = (Capitais Terceiros) / (Patrimônio Líquido)			
IPL = (Ativo Imobilizado) / (Patrimônio Líquido)			

A melhora acentuada no indicador de Liquidez Corrente em 31/12/2012, comparativamente aos exercícios anteriores, reflete a mencionada indenização da Usina de Porto Góes. A evolução dos indicadores de Liquidez Geral, Endividamento, Participação de Capitais de Terceiros e Imobilização do Patrimônio Líquido expressam o impacto econômico, nos exercícios de 2011 e 2012, decorrentes da aplicação do CPC 01 – redução ao valor recuperável de ativos e da CPC 33 - reavaliação atuarial do Fundo de Pensão administrado pela Fundação CESP.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**

A estrutura de capital da EMAE, mensurada pelo índice de capitalização $[(\text{Patrimônio Líquido})/(\text{Ativo Total})]$, vem apresentando, nos últimos três exercícios, níveis conservadores de alavancagem, superior a 0,6.

O capital social integralizado de R\$ 285.411 mil está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais de classe única. O capital social pode ser aumentado, conforme Estatuto social aprovado na AGE de 29 de abril de 2011, até o limite máximo de R\$ 1.116.050 mil mediante deliberação do conselho de administração, ouvindo-se antes o conselho fiscal.

Os principais acionistas em 31 de dezembro de 2012 eram os seguintes:

Acionistas	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Qtde de Ações	%	Qtde de Ações	%	Qtde de Ações	%
Estado de São Paulo	14.354.538	97,6%	52.068	0,2%	14.406.606	39,0%
Cia Metropolitana de SP - METRO	350.832	2,4%			350.832	0,9%
Sub-Total	14.705.370	100,0%	52.068	0,2%	14.757.438	39,9%
Centrais Elétrica Brasil S.A. - ELETROBRAS			14.416.333	64,8%	14.416.333	39,0%
Demais			7.773.313	34,9%	7.773.313	21,0%
Sub-Total			22.189.646	99,8%	22.189.646	60,1%
Total Geral	14.705.370	100,0%	22.241.714	100,0%	36.947.084	100,0%

Refletindo e acompanhando a tendência de queda do valor de mercado das empresas do setor elétrico de capital aberto, decorrente da redução no fluxo de caixa das concessionárias de energia elétrica com o novo modelo setorial, o preço por ação da Empresa no fechamento do mês de dezembro de 2012 foi de R\$ 7,40.

i. hipóteses de resgate**ii. fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não há possibilidade de resgates de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Empresa tem plenas condições para honrar suas obrigações de curto e longo prazo, conforme índices de liquidez corrente e liquidez geral que demonstram folga no disponível para uma possível liquidação de obrigações.

A EMAE tem como dívida financeira o contrato de reserva matemática com o fundo previdenciário administrado pela Fundação CESP, com vencimento em março de 2020. Os estudos técnicos elaborados por atuário independente, adequando a tábua biométrica utilizada para projeção de longevidade da massa de participantes e assistidos vinculados ao plano previdenciário, bem como a convergência entre a taxa de juros estabelecida nas projeções atuariais e a taxa de retorno projetada, com base no atual cenário macroeconômico, para as aplicações dos recursos garantidores, determinaram o ajuste no passivo de R\$ 69 milhões que refletiram no resultado empresarial.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

- Contrato de financiamento no valor de R\$ 98 milhões destinados a aquisição de equipamentos, obras e serviços de implantação da PCH Pirapora, firmado entre

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BNDES e Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, em 08 de março de 2012.

- Cessão de créditos de parte do contrato com o DAEE, firmado com a CESP em 30 de novembro de 2011, no montante de R\$ 32 milhões, para a contrapartida prevista na operação de financiamento com o BNDES.
- Encargos de Serviços do Sistema – ESS, pagos pelos concessionários de distribuição, contabilizados e liquidados na CCEE, para ressarcimento da adequação de interrupção dos disjuntores de 88kV da subestação de Henry Borden.
- Alienação de imóveis não operacionais, a saber: em 2010 um imóvel, no município de Guaratinguetá, por R\$ 3 milhões, e na rua Castro Verde, em São Paulo, por R\$ 1 milhão; em 2011, três imóveis localizados na Av. Alcides Sangirardi, em São Paulo, por R\$ 16 milhões, na Av. Autonomistas, em Osasco, por R\$ 7,5 milhões, e na rua Paulo Fontainha Geyser, em Cubatão, por R\$ 3,9 milhões; e, em 2012, imóvel na rua Cesar Vallejo, em São Paulo, por R\$22 milhões, e na rua Miguel Barbar, em Carapicuíba, por R\$ 2,6 milhões.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A EMAE, atualmente, não vê necessidade em tomar qualquer tipo de financiamento para capital de giro.

No entanto, para atender eventuais necessidades de liquidez, no futuro, pode optar por continuar com a venda de imóveis não operacionais, bem como acessar os mercados financeiros e de capitais. Os instrumentos disponíveis são os empréstimos, emissão de Notas Promissórias Comerciais, Debêntures e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

A tabela a seguir demonstra o saldo devedor dos compromissos financeiros da Empresa em 31/12/2010, 2011 e 2012 em R\$ mil:

Descrição	2010	2011	2012	Encargos
Fundo Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	27.654	8.509	-	DI - Depósito Interfinanceiro + 1,5% a.a.
Fundação CESP - Benefício Suplementar Proporcional Saldado	76.136	66.979	111.097	IGP-DI + 6% a.a.
Cessão de créditos com o DAEE para a CESP	11.050	31.598	29.893	CDI + 0,3% a.m.
Contrato Financiamento da PCH Pirapora - BNDES para Pirapora Energia S.A. (1)	-	-	-	TJLP + 1,9% a.a.

- (1) Contrato firmado entre a Pirapora Energia S.A. e o BNDES, com linha de crédito de R\$ 98.017. Até 31/12/2012 não ocorreu aporte financeiro.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Não há outras relações

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Fundação CESP - Benefício Suplementar Proporcional Saldado.

Não há restrições

Cessão de créditos com o DAEE para a CESP.

Não há restrições

Contrato de Financiamento mediante abertura de Crédito no valor de R\$ 98.017 mil

Partes: BNDES e Pirapora Energia S.A.

Restrições quanto a:

- Garantias da operação (contratos de venda de energia, arrendamento da UTE Piratininga, Direitos emergentes da Resolução nº 1.429 da ANEEL, Contas bancárias da Pirapora Energia e da EMAE): manter para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrente do Contrato.
- Alienação de Controle Societário pela EMAE: Vencimento antecipado do Contrato
- Falência da Pirapora Energia ou da EMAE ou vencimento antecipado do Contrato: entrega das garantias ao BNDES

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não aplicável

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

- Redução de R\$ 105 milhões no saldo do ativo imobilizado, com base em estudos efetuados pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI, de acordo com a CPC 01 – redução ao valor recuperável de ativos e considerando as modificações introduzidas a partir da MP 579/2012.
- Os gastos com pessoal apresentaram redução de 4% em 2012, em relação a 2011, mesmo com os custos das indenizações por desligamentos e reajuste salarial de 6,2% a partir de junho.
- Aumento de R\$ 69 milhões no passivo com entidade de previdência privada, decorrente da reavaliação atuarial do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão administrado pela Fundação CESP, afetado, principalmente, pela redução na taxa de desconto utilizada nos testes de consistência, em consonância com as taxas esperadas de retorno de ativos, que resultou em aumento das despesas com o fundo de pensão em contraposição ao superávit técnico obtido em 2012.
- Em outras receitas, no ano de 2012, consta a alienação do estoque remanescente de 42.000 toneladas de óleo combustível à Petrobras Distribuidora pelo valor total de R\$ 10 milhões. Devido a esse óleo ter sido adquirido com recursos do Fundo Setorial CCC interligado, o saldo do valor da alienação deduzido dos custos e tributos incidentes será devolvido à Eletrobrás.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Utilização do repasse de recursos efetuado pela Fazenda do Estado (R\$ 40 milhões - Depósito Vinculado - registrado no passivo circulante de 31/12/2011) para a execução de obras no Canal Pinheiros.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**a. resultados das operações do emissor, em especial:****i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

RECEITA OPERACIONAL	2010	2011	2012	
Fornecimento de energia elétrica.....	21.979	26.116	27.293	
Suprimento de energia - leilão.....	96.859	102.286	106.421	
Suprimento de energia - comercializadores.....	3.963	2.918	8.402	(1)
Energia de curto prazo - CCEE.....	20.337	31.449	29.298	(2)
Renda da prestação de serviço.....	25.850	29.123	24.548	(3)
Outras receitas.....	811	1.039	10.429	(4)
	169.799	192.931	206.391	
As variações nos componentes das receitas foram motivadas por:				
(1) Contrato de compra e venda de energia efetuado com a Diferencial Energia e contratos ex-post.....				
(2) Ressarcimento dos disjuntores da SE Henry Borden através de Encargos de Serviços do Sistema.....				
(3) Término dos serviços de manutenção das barragens Móvel e da Penha para o DAEE				
(4) Venda óleo combustível, pertencente ao Fundo Setorial CCC Interligado, à BR Distribuidora.....				

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

- A redução no valor dos ativos, com base no teste de *impairment* – CPC 01, reconhecido por meio da constituição para perdas em contrapartida ao resultado do exercício.
- Reavaliação atuarial do fundo de pensão com base no atual cenário macroeconômico.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nos três últimos exercícios, a garantia física das usinas e os consequentes volumes de energia elétrica comercializada pela EMAE permaneceram praticamente estáveis. Os contratos firmados no Ambiente Regulado, bem como os efetuados no Ambiente Livre, na sua maioria são de longo prazo e mantem os preços praticados com aplicação de índices de reajuste. Assim, a variação da receita entre exercícios decorre principalmente da inflação, pois tanto os contratos de comercialização de energia elétrica, como os de prestação de serviços a terceiros, são corrigidos anualmente pela variação do IPCA ou do IGPM.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A atualização do saldo do contrato de arrendamento da UTE Piratininga para a Baixada Santista Energia S.A. é registrada no resultado financeiro. Os contratos de longo prazo com fornecedores de bens e serviços, bem como de empréstimos e financiamentos também são indexados para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, produzindo, como consequência, impacto no resultado operacional e financeiro.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 22 de dezembro de 2010, foi constituída, na forma de Sociedade de Propósito Específico, a PIRAPORA ENERGIA S.A., subsidiária integral da EMAE, para administrar, construir, planejar, operar, manter e comercializar a energia produzida pela PCH Pirapora. Em 2011 e 2012 não houve eventos com efeitos relevantes dessa natureza

c. eventos ou operações não usuais

Exceto as modificações setoriais introduzidas pela MP nº 579, com efeito a partir de 2013, nos três últimos exercícios a Empresa não passou por eventos ou realizou operações não usuais com efeitos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 2010, a EMAE elaborou e divulgou suas demonstrações financeiras, comparativamente a 2009, de acordo com os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, para a convergência com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”).

A partir de 2011 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela EMAE, que vem divulgando suas demonstrações financeiras em conformidade com as normas e interpretações adotadas no processo de convergência das práticas contábeis do Brasil com as normas internacionais.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em 2010 a Empresa optou por efetuar a baixa de despesas diferidas classificadas como ativo intangível, mediante o registro do valor contra lucros ou prejuízos acumulados. Essas despesas não se qualificam como despesas passíveis de capitalização de acordo com o CPC04 (IAS38);

Os valores relativos a depósitos judiciais relacionados a provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários, anteriormente apresentados no balanço patrimonial em conta redutora da respectiva provisão no passivo, passaram a ser apresentados em conta do ativo não circulante da Empresa, conforme disposto no CPC 25, a qual revogou a Deliberação CVM nº. 489/05.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os pareceres dos últimos três anos foram emitidos sem ressalvas.

As ênfases foram:

2010

“Avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo.

Continuidade normal das operações

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Empresa. A Empresa, eliminando os ganhos extraordinários apurados em 2008 (venda de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e operação de arrendamento), tem sofrido contínuos prejuízos operacionais, fatores que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. A Administração da Empresa tem avaliado os impactos econômico-financeiros sobre seus negócios, resultantes das alterações introduzidas pelo Modelo Setorial implementado a partir de 2004, e as recentes

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

experiências com os leilões de energia. Como resultado dessa avaliação, a Administração entende que serão necessárias outras medidas, atualmente em discussão com o Poder Concedente (Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Ministério de Minas e Energia) e o acionista controlador (Governo do Estado de São Paulo), além das medidas já tomadas, visando à redução de custos e ao aumento de receitas da Empresa, para permitir a rentabilidade às suas operações e a realização dos investimentos feitos em seu parque gerador, cujo saldo monta a R\$ 562.236 mil em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 578.780 mil em 31 de dezembro de 2009 e R\$602.586 mil em 1º. de janeiro de 2009), composto, principalmente, pela Usina Hidrelétrica Henry Borden. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas para empresas em regime normal de operações e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações.

Prorrogação da concessão

Conforme notas 1.2 e 2.5 às demonstrações financeiras, em 5 de novembro de 2009, a Administração da Empresa protocolou na ANEEL requerimento para prorrogação das concessões que detém sobre cinco aproveitamentos hidrelétricos por um período adicional de 20 anos. O prazo regulamentar da ANEEL para manifestação a respeito deste tema vai até o final de maio de 2011. As concessões detidas pela Empresa têm vencimento em 30 de novembro de 2012. Caso a prorrogação dessas concessões não seja deferida pelo Poder Concedente ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Empresa (concessão onerosa ou obrigatoriedade de renegociação dos contratos de venda de energia, para atendimento ao mercado regulado), os atuais níveis de rentabilidade e atividade da Empresa poderão ser alterados, o que pode afetar a recuperação do saldo do ativo imobilizado.”

2011

“Avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial

As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo.

Continuidade normal das operações

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Empresa. A Empresa, eliminando os ganhos extraordinários apurados em 2008 (venda de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e operação de arrendamento), tem sofrido contínuos prejuízos operacionais, fatores que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. A Administração da Empresa tem avaliado os impactos econômico-financeiros sobre seus negócios, resultantes das alterações introduzidas pelo Modelo Setorial implementado a partir de 2004, e as recentes experiências com os leilões de energia. Como resultado dessa avaliação, a Administração entende que serão necessárias outras medidas, atualmente em discussão com o Poder Concedente (Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Ministério de Minas e Energia) e o acionista controlador (Governo do Estado de São Paulo), além das medidas já tomadas, visando à redução de custos e ao aumento de receitas da Empresa, para permitir a rentabilidade às suas operações e a realização dos investimentos feitos em seu parque gerador, cujo saldo monta a R\$ 511.394 mil em 31 de dezembro de 2011, composto, principalmente, pela Usina Hidrelétrica Henry Borden. As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas para empresas em regime normal de operações e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Prorrogação da concessão

Conforme nota explicativa 1.2, em 05 de novembro de 2009, a EMAE protocolou na ANEEL requerimento para prorrogação das concessões dos cinco aproveitamentos hidrelétricos. O Diretor-Geral da ANEEL, conforme despacho nº 720 publicado no Diário Oficial da União em 16

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

de março de 2012, resolve encaminhar ao Ministério de Minas e Energia – MME o requerimento de prorrogação do prazo de concessão, nos seguintes termos: (i) Usinas Hidrelétricas Rasgão, Henry Borden e Porto Góes, com pronunciamento favorável ao seu acolhimento, pelo prazo de 20 (vinte) anos, de forma não onerosa, contados das datas de vencimento das respectivas outorgas; (ii) UHE Izabel, com recomendação de indeferimento do pedido, devendo os bens relativos a este empreendimento serem revertidos para a União e (iii) UHE Edgard de Souza, pelo sobrestamento do exame do pedido, até que a análise da revisão do projeto básico desse empreendimento seja concluída pela Superintendência de Gestão de Recursos Hidroenergéticos – SGH da ANEEL. Dessa forma, devem ser mantidos os atuais níveis de rentabilidade e de atividade, uma vez que as usinas excluídas não participam da receita atual. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Redução ao valor recuperável de ativos

Conforme nota explicativa 16.4, a administração da Empresa preparou, com base no seu valor em uso, na decisão de Diretoria da ANEEL, de 06 de março de 2012, relativa ao processo de prorrogação de concessão de suas usinas hidrelétricas e, considerando a indenização correspondente ao valor residual dos livros ao final da concessão, atualizado monetariamente pelo IGP-M, um fluxo de caixa descontado de suas operações até novembro de 2032, para cada unidade de geração de caixa. A estimativa preparada pela Administração indica que o valor presente é suficiente para recuperar o saldo do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2011 das usinas Rasgão e Porto Góes. No entanto, para a UHE Henry Borden as projeções, indicaram necessidade e foi realizado ajuste de R\$ 61 milhões no ativo imobilizado. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto. ”

2012

“Avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1, as demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação do investimento em controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações contábeis individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Continuidade normal das operações

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Empresa. A Empresa, eliminando os ganhos extraordinários apurados em 2008 (venda de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e operação de arrendamento), sofreu contínuos prejuízos operacionais, fatores que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. A Administração da Empresa tem avaliado os impactos econômico-financeiros sobre seus negócios, resultantes das alterações introduzidas pelo Modelo Setorial implementado a partir de 2004, e as experiências com os leilões de energia. Como resultado dessa avaliação, a Administração entende que serão necessárias outras medidas, atualmente em discussão com o Poder Concedente (Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e Ministério de Minas e Energia) e o acionista controlador (Governo do Estado de São Paulo), além das medidas já tomadas, visando à redução de custos e ao aumento de receitas da Empresa, para permitir a rentabilidade às suas operações e a realização dos investimentos feitos em seu parque gerador, cujo saldo monta a R\$ 351.731 mil, em 31 de dezembro de 2012, compostos, principalmente, pela Usina Hidrelétrica Henry Borden. As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas para empresas em regime normal de operações e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Prorrogação da concessão

Conforme nota explicativa nº 1.2, em 05 de novembro de 2009, a EMAE protocolou na ANEEL requerimento para prorrogação das concessões dos seus cinco aproveitamentos hidrelétricos. Conforme despacho nº 720 publicado no Diário Oficial da União, a ANEEL encaminhou ao Ministério de Minas e Energia – MME o requerimento de prorrogação do prazo de concessão, no qual pronuncia-se favoravelmente em relação às UHEs de Rasgão, Henry Borden e Porto Góes, pelo sobrestamento do exame do pedido em relação à UHE Edgard de Souza e pelo

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

indeferimento em relação à UHE Isabel, sendo que estas duas últimas usinas estão inoperantes e não compunham a garantia física da Companhia. No dia 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, na condição de Poder Concedente, divulgou a Medida Provisória - MP nº 579, regulamentada pelo Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária. Em 1º de novembro de 2012 foi publicada a Portaria MME nº 578, que definia as tarifas iniciais das Usinas Hidrelétricas e a Portaria Interministerial nº 602, que definia os valores de indenização para concessões de geração de energia elétrica. A partir da definição dos novos valores das tarifas e das indenizações, a EMAE realizou estudos que indicaram a viabilidade de aderir ao novo regimento. Importante ressaltar que a Companhia se encontrava em situação bastante distinta de outros concessionários do setor, visto que seu contrato de concessão estava na iminência de vencer. Diante disso, submeteu, em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 30 de novembro de 2012, a proposta de renovação aos Acionistas, que aceitaram os termos e autorizaram a assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 002/2004-ANEEL, que prorrogava as concessões das Usinas Hidrelétricas (UHEs) Rasgão, Henry Borden e Porto Góes. O documento foi assinado em 04 de dezembro de 2012, com eficácia a partir de 1º de janeiro de 2013. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Redução ao valor recuperável de ativos

Conforme descrito na nota explicativa nº 17.2, a administração da empresa, considerando as modificações estabelecidas na MP nº 579/12 e regulamentações posteriores, introduzidas na prorrogação de concessão das Usinas Hidrelétricas Henry Borden, Porto Góes e Rasgão, por meio de consultoria especializada, efetuou os testes de recuperabilidade dos ativos, de acordo com a CPC 01(R1), para cada unidade geradora de caixa, que gerou uma provisão por redução do valor de recuperação no montante de R\$ 105.366 mil. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Provisão para custos socioambientais

Conforme a nota explicativa nº 25, a EMAE mantém provisão de R\$ 50.658 mil, constituída com base em estimativa provável dos desembolsos futuros, decorrentes de compromissos assumidos em TAC'S – Termos de Ajustamento de Conduta, com o Ministério Público de São Paulo, voltados para operação e monitoramento do processo de melhoria da qualidade das águas do sistema Pinheiros-Billings, bem como desenvolvimento de EIA-RIMA. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 28, a EMAE possui transações com partes relacionadas, decorrentes de operações de cessão de direitos creditícios e compartilhamento de instalações com empresas do mesmo conglomerado econômico-financeiro. Consequentemente, os resultados de suas operações poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos em transações efetuadas em condições normais de mercado. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto."

Comentários sobre as ênfases contidas nos pareceres:

Avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial (2010; 2011, e 2012)

De acordo com as normativas vigentes, a EMAE é obrigada a utilizar o método de equivalência patrimonial na avaliação do investimento na Pirapora Energia S.A., em conformidade com art. 248 da Lei nº 6.404/76, o Pronunciamento Técnico CPC 18 e a Norma Internacional IAS 28.

Continuidade normal das operações (2010; 2011, e 2012)

Conforme mencionado na ênfase do parecer de 2012 sobre prorrogação da concessão e na nota explicativa 17.1, as usinas em operação da Empresa tem seu termo final da concessão em 30/11/2042. Considerando as modificações que a MP nº 579/12 e regulamentações posteriores impõem no seu modelo de negócios, a Administração da EMAE, com apoio de consultoria especializada, iniciou um processo de reestruturação e adequação empresarial para possibilitar gestão por unidades estratégicas de negócios e otimizar processos e recursos, para atingir maiores taxas de redução de custos e de aumento de receitas que resultem no equilíbrio e continuidade de suas operações e na justa remuneração dos investimentos.

Prorrogação da concessão (2010; 2011, e 2012)

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Como anteriormente exposto, em 04 de dezembro de 2012, foi formalizado entre a EMAE e a União o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 002/2004-ANEEL, que prorrogou as concessões das Usinas Hidrelétricas (UHEs) Rasgão, Henry Borden e Porto Góes por mais 30 anos. Ressalta-se que o Contrato de Concessão então vigente venceria em 30/11/2012 e as condições oferecidas pelo Poder Concedente para sua prorrogação foram aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária de 30/11/2012.

Redução ao valor recuperável de ativos (2011 e 2012)

Em 2011 o teste de *impairment*, efetuado para as unidades geradoras, com base na decisão de Diretoria da ANEEL relativa ao processo de prorrogação das concessões, considerou, como premissa para elaboração do fluxo de caixa descontado, a continuidade do modelo de negócio vigente à época até novembro de 2032. Em 2012, o teste considerou para as unidades geradoras o novo modelo de negócio imposto com a prorrogação das concessões das usinas nos termos da MP nº 579.

Provisão para custos socioambientais

A ênfase citada pelos Auditores Independentes reproduz, meramente, a Nota Explicativa no. 25 – “Provisão para custos socioambientais”. Adicionalmente, ressaltamos que a Administração têm efetuado gestões junto ao Ministério Público de São Paulo, visando reduzir, ao mínimo, os custos decorrentes do evento.

Transações com partes relacionadas

A ênfase citada pelos Auditores Independentes reproduz, parcialmente, a Nota Explicativa nº 28, que evidencia todas as transações da Empresa com partes relacionadas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A grande maioria dos dados mais representativos das demonstrações financeiras são apurados e registrados com base em preços, índices de atualização e taxas de juros. No entanto, as práticas adotadas no Brasil requerem que a Administração se baseie em estimativas para os registros de certas transações e, embora os Diretores acreditem que os julgamentos e estimativas sejam razoáveis, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil do imobilizado, redução do valor recuperável de ativos não circulantes, provisão para contingências, imposto de renda e contribuição social diferido, premissas do plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego e transações envolvendo a compra e venda de energia na CCEE.

A Empresa responde por processos e procedimentos administrativos perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, cível e tributária, advindos do curso normal de seus negócios. A Administração da EMAE, baseada na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

Analisa a existência de evidências de não-realização do valor contábil dos ativos. Caso sejam identificadas tais evidências, a Empresa estima o valor recuperável do ativo ("*impairment*") para determinar eventual provisão para refletir os saldos contábeis aos valores de realização.

No caso de Plano de Pensão é reconhecido o valor apurado por atuário independente.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A EMAE utiliza o sistema integrado SAP/R3 que permite, com adequado grau de confiabilidade, manter o controle de gastos, investimentos, empréstimos e financiamentos, ativo imobilizado, registro de receitas do seu faturamento e a adequada aplicação das normas contábeis emanadas dos órgãos reguladores CVM e ANEEL.

Além disso, a EMAE mantém, em sua estrutura organizacional, áreas específicas que possuem, entre outras atribuições, avaliar os processos e aprimorar os controles internos existentes para a eliminação ou mitigação dos riscos.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os principais pontos levantados e recomendados pelos auditores se referem às seguintes melhorias: sistematizar as avaliações de riscos de fraudes e de controles preventivos e detectivos em nível de atividade; segregação de funções para atividades críticas da Companhia; controles socioambientais referentes a monitoramento dos compromissos socioambientais; estabelecimento de políticas e procedimentos relativos à Provisão para Devedores Duvidosos-PDD bem como para garantir que todas as exigências dos órgãos reguladores sejam atendidas de forma a possibilitar o adequado registro contábil; revisão de obrigações tributárias relacionadas a diferenças temporárias, além de recomendações gerais sobre o ambiente de processamento informatizado de dados, como política de segurança das informações, de usos de recursos físicos de informática, de metodologia formal para desenvolvimento de sistemas e de armazenamento das mídias de backup.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

No período a EMAE não realizou nenhuma oferta de distribuição de valores mobiliários.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
- ii carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- iv. contratos de construção não terminada**
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

b. natureza e o propósito da operação

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, pois, conforme indicado no item 10.08, todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou apresentadas nas notas explicativas.